

Os impactos da pandemia na economia brasileira

Los impactos de la pandemia en la economía brasileña

The impacts of the pandemic on the Brazilian economy

AUTOR

**Flávio Benevett
Fligenspan***

fli@ufrgs.br

* Professor associado do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Brasil).

RESUMO:

Os primeiros efeitos da pandemia na economia brasileira se manifestaram em março de 2020 e se deram sobre um nível de atividade fraco, ainda não recuperado da recessão anterior que durou onze trimestres, entre 2014 e 2016. Ao negar a gravidade da doença, o governo federal perdeu muito tempo discutindo uma falsa questão: preservar a saúde da população ou a economia. Ainda assim, pressionado pelo Poder Legislativo, implementou vários programas de apoio a famílias e a empresas, que acabaram por evitar uma queda maior do PIB. No entanto, ao manter uma expectativa que não se confirmou, de que a pandemia terminaria no início de 2021, o governo custou a reeditar os programas de apoio, causando muitos danos às famílias mais pobres e às micro e pequenas empresas. As possibilidades de recuperação econômica dependem do controle da pandemia, do avanço do processo de vacinação e de se equacionar o grande volume de passivos gerados enquanto a atividade esteve semiparalisada.

RESUMEN:

Los primeros efectos de la pandemia sobre la economía brasileña se manifestaron en marzo de 2020 y lo hicieron sobre un nivel de actividad que ya era débil porque aún no se había recuperado de la recesión anterior que duró once trimestres entre 2014 y 2016. Al negar la gravedad de la enfermedad, el gobierno perdió mucho tiempo discutiendo una cuestión fraudulenta: preservar la salud de la población o preservar la economía. Aun así, presionado por el Poder Legislativo, implementó varios programas de ayuda a familias y empresas, que terminaron evitando una caída mayor del PIB. Sin embargo, el gobierno se guió por la expectativa de que la pandemia terminaría a principios de 2021. Como esto no se produjo, se ha mostrado reticente a reeditar esos programas de ayuda, lo que ha causado mucho daño a las familias más pobres y a las micro y pequeñas empresas. Las posibilidades de recuperación económica dependen de lograr controlar la pandemia, avanzar en el proceso de vacunación y de dar una solución al gran volumen de pasivos generados mientras la actividad se encontraba semiparalizada.

ABSTRACT:

The first impacts of the pandemic on the Brazilian economy were seen in March 2020 and they did so over a weak level of activity, still not fully recovered from the previous recession that lasted eleven quarters, between 2014 and 2016. By denying the severity of the disease, the Federal Government lost a lot of time discussing a false issue: preserving the health of the population or preserving the economy. Even so, under pressure from the Legislative Branch, it implemented several programs to support families and companies, which ended up preventing a further drop in GDP. However, it did so following the unfulfilled expectation that the pandemic would end in early 2021. When this was not confirmed, it became reluctant to preserve those support programs, causing much suffering to the poorest families and micro and small businesses. The possibilities of an economic recovery depend on being able to gain control of the pandemic, advance in the vaccination process and managing to resolve the large amount of liabilities that were generated while the activity was semi-paralyzed.

1. Introdução

Os primeiros registros da pandemia apareceram no Brasil no início de março de 2020 e sua repercussão sobre a atividade econômica não tardou a aparecer; logo no meio do mês já se observaram os primeiros sinais de semi paralisação de algumas atividades. As estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, Brasil), divulgadas pouco depois, mostraram quedas de produção, vendas e ocupação ainda em março e que se seguiram com força em abril. Os erros de avaliação e a tentativa de negar a gravidade do problema por parte do governo federal tornaram a situação mais difícil e ampliaram o problema. A discussão por meses sobre um falso dilema entre priorizar a saúde, fazendo isolamentos parciais e localizados, ou a economia, liberando o funcionamento normal das atividades, é uma boa amostra de como o governo encaminhou mal a questão, mesmo depois dos bons exemplos de vários países do mundo, especialmente os que também começaram com uma visão equivocada e depois retrocederam. Por que se trata de uma falsa questão ou falso dilema? Porque o funcionamento pleno das atividades, sem distanciamento social e na ausência de vacinas, espalharia a doença descontroladamente, colapsando o sistema de saúde e causando ainda mais mortes, de tal forma que a sociedade rejeitaria este cenário. Assim, seria inevitável o fechamento das atividades, mesmo que isso implicasse danos à economia.

Desta forma, ao alimentar o falso dilema, não se agiu corretamente nem em relação à saúde nem em relação à economia, que viveu um ano de recessão na esteira de um período já longo de baixo crescimento. Este texto objetiva avaliar o desempenho da economia brasileira frente à pandemia em 2020 e no início de 2021, observando a evolução de variáveis ligadas às atividades produtivas e às condições de vida da população, refletidas na ocupação, na renda e nos índices de pobreza. Busca-se, igualmente, avaliar a reação do governo federal à crise sanitária através de programas de apoio a famílias e a empresas.

Para tanto, apresentam-se mais seis seções além desta introdução. A segunda seção do texto mostra a situação da economia brasileira antes da pandemia; a terceira analisa o impacto deste evento sobre os três setores de atividade; a quarta examina as medidas de apoio governamental; a quinta mostra os efeitos sobre a população e o mercado de trabalho; a sexta analisa os primeiros meses de 2021 e avalia a incerteza do futuro próximo e alguns dos problemas que vão exigir respostas rápidas para se superar a crise econômica. Segue-se a conclusão.

2. A situação da economia brasileira antes da chegada da pandemia

As primeiras notícias sobre a chegada da pandemia ao Brasil apareceram no início de março de 2020 e logo depois, no meio daquele mês, já começaram a ser adotadas medidas de restrição, como a suspensão de aulas. Logo a seguir, o medo do desconhecido e as surpreendentes informações negativas vindas da Ásia e da Europa, com crescimento rápido do número de casos e de mortes, fizeram surgir medidas mais duras, como fechamento do comércio não essencial e dos serviços, e funcionamento parcial de muitas atividades industriais.

Já no final de março havia ficado claro que a pandemia teria efeitos devastadores sobre a organização do sistema de saúde e sobre a economia em geral, com a derrubada da produção, do emprego e da renda. Rapidamente as pesquisas de mercado trataram de rever suas projeções para o crescimento do PIB no ano de 2020; se em fevereiro, antes da pandemia, o Relatório Focus (Banco Central do Brasil, 2020) projetava expansão em torno de 2,2%, em junho, no pior momento, já havia uma revisão para uma queda de 6,5%. O FMI chegou a projetar retração do PIB brasileiro de 9,1% em seu relatório de junho de 2020, enquanto o PIB mundial diminuiria 4,9% (FMI, 2020b).

PALAVRAS-CHAVE

Economia;
emprego;
pandemia;
produção.

PALABRAS CLAVE

economía;
empleo;
pandemia;
producción.

KEYWORDS

economics;
employment;
pandemic;
production.

Recibido:
29/10/2021

Aceptado:
01/09/2022

É claro que esta reversão de expectativas ocorreu no mundo todo, mas no Brasil ela continha uma dramaticidade própria: o fato de que no início da pandemia ainda não havíamos recuperado o nível de PIB pré-recessão de 2014-2016. Com efeito, de acordo com o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos, da Fundação Getúlio Vargas, a última recessão vivida pela economia brasileira se estendeu por onze trimestres, começando no segundo trimestre de 2014 e terminando no último de 2016. Esta foi a recessão mais longa registrada pelo Comitê, desde 1980 (Comitê de Datação de Ciclos Econômicos, 2017), e gerou uma queda acumulada de PIB de 8,1%.

Os anos que se seguiram (triênio 2017-2019) foram de crescimento muito baixo, quando a política econômica privilegiou o controle da inflação, e o fez através de taxas de juros muito altas para o nível de atividade frágil que vigorava no Brasil. Resultou disso uma expansão acumulada de apenas 4,6% nos três anos, o que ainda deixou um *gap* de mais de três pontos percentuais de PIB em relação ao primeiro trimestre de 2014, antes da recessão. O Gráfico 1 mostra a evolução do PIB brasileiro, na série com ajuste sazonal. Fica claro o *gap* existente no início de 2020, quando o país iria começar a enfrentar mais um episódio recessivo, agora determinado por condições sanitárias e não pelos movimentos do ciclo econômico ou por efeito da política econômica. Já o PIB per capita (na medida em paridade do poder de compra, em dólares constantes de 2017), entre 2014 e 2019 sofreu uma queda de 6,3%, o que fez o Brasil cair da posição 78ª para a posição 88ª no ranking mundial desta variável (FMI, 2021a).

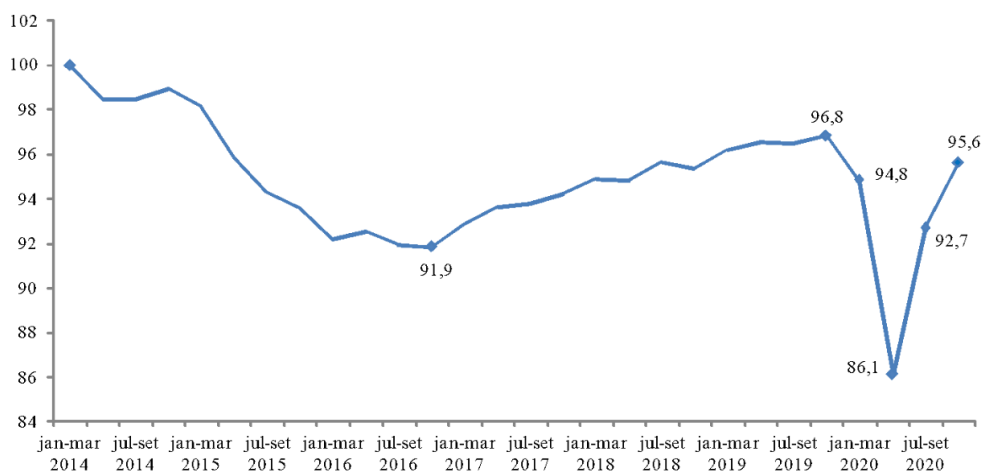


Gráfico 1. Índice do PIB brasileiro, com ajuste sazonal (primeiro trimestre de 2014 = 100) – 2014-2020.
Fonte dos dados brutos: CNT - IBGE.

Observa-se, então, que a situação da economia brasileira no período imediatamente anterior à chegada da pandemia era frágil, sequer com recuperação do que se perdeu na recessão anterior e, portanto, com reduzida capacidade de absorver o inevitável choque negativo representado pelo estancamento abrupto das atividades. Não havia um “colchão amortecedor” em termos de emprego, rendimentos e poupança financeira das famílias, das empresas e do setor público que pudesse absorver o choque que estava por chegar. Pelo contrário, vivia-se uma situação de desemprego alto, grande informalidade no mercado de trabalho e déficit nas contas públicas.

3. O impacto da pandemia

Como não poderia deixar de ser, a semi paralisação das atividades a partir do final de março de 2020 gerou um impacto grande no PIB e nas variáveis que expressam o funcionamento do mercado de trabalho. Ainda

recorrendo ao Gráfico 1, pode-se verificar que o primeiro trimestre de 2020 já mostra o início dos efeitos negativos da pandemia, com uma queda de 2,1% do PIB frente ao final de 2019. Porém, os efeitos mais intensos ocorreram no segundo trimestre, quando a paralisação se estendeu para as atividades dos mais variados setores, fazendo o PIB recuar 9,2%, o ponto mais baixo do gráfico. O mês de abril foi especialmente ruim; foi ele que determinou o desempenho negativo do trimestre, visto que a partir de maio já começou uma recuperação, mais notada no comércio e na indústria de transformação.

Os terceiro e quarto trimestres seguiram a trajetória de recuperação parcial da atividade econômica, com expansões de 7,7% e 3,1%, respectivamente, taxas calculadas em relação aos trimestres imediatamente anteriores. Contudo, como fica claro pela observação da curva no gráfico, no final do ano de 2020 ainda não se havia retomado o nível do final de 2019, o que configurou uma recessão com queda de PIB de 4,1% no ano¹. Ou seja, a pandemia fez a economia brasileira vivenciar uma crise de grande intensidade num ambiente que sequer havia repostado o que se perdeu desde o longínquo 2014. Em outras palavras, a pandemia fez o Brasil viver “uma crise dentro da crise”.

Para ter um entendimento mais claro do impacto da pandemia na economia brasileira, é importante verificar que tal impacto não foi uniforme entre os diferentes setores, tendo a indústria de transformação o melhor desempenho, seguido do comércio² (Gráfico 2). Serviços foi o setor que mais sofreu, justamente pelo fato de as necessárias medidas de distanciamento social terem afastado fisicamente os consumidores de suas atividades mais típicas: restaurantes, transporte, turismo e educação.

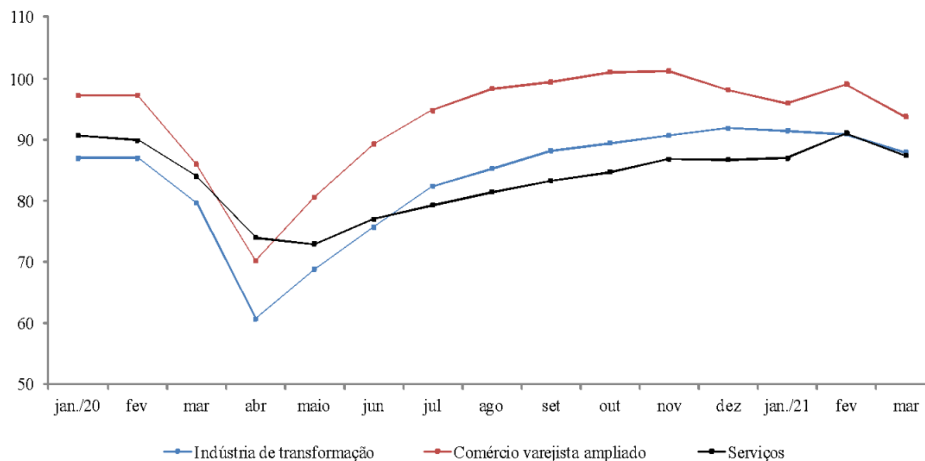


Gráfico 2. Índices da produção física industrial, do volume de vendas do comércio varejista e do volume dos serviços, com ajuste sazonal, no Brasil – jan./2020-mar./2021. Fonte: PIM, PMC e PMS - IBGE. Nota: produção industrial (média de 2012 = 100), comércio varejista (média de 2014 = 100) e serviços (média de 2014 = 100).

O gráfico, com informações mensais, oferece uma visão mais detalhada de como os diferentes setores se adaptaram às contingências da pandemia. É possível verificar que no mês de março de 2020 já houve um primeiro impacto de redução de produção e vendas, mas o mês de abril marcou realmente as consequências negativas do processo de distanciamento social. A partir de maio ocorreu um suave caminho de retomada, que foi estancado ou mesmo revertido entre o final de 2020 e os primeiros meses de 2021.

Observando a performance de cada setor, o gráfico mostra uma queda abrupta de produção da indústria de transformação brasileira no bimestre março-abril de 2020³, o pior momento para a economia. A partir daí seguiu-se uma recuperação que fez com que já em setembro o nível de produção fosse pouco maior que o de pré-crise, em fevereiro. E a Indústria continuou crescendo até o início de 2021, quando estancou e até recuou um pouco. Ainda assim, em março de 2021 a produção industrial era 1,1% maior que a de

fevereiro de 2020. Boa parte da dinâmica ao longo de 2020 se explica pela evolução das medidas de apoio governamental – tratadas com mais detalhe na seção a seguir –, em especial o auxílio emergencial, que atendeu a quase 68 milhões de beneficiários e acabou por proporcionar renda suficiente para aumentar a demanda de produtos além dos classificados como de primeira necessidade, como eletrodomésticos e móveis, por exemplo.

O desempenho agregado da indústria esconde diferenças significativas dentre as várias atividades que a compõem; há as que pouco foram impactadas pelos efeitos negativos da pandemia e outras que sofreram muito. É interessante observar que um grupo de atividades, depois do natural impacto negativo inicial no bimestre março-abril, acabou por se beneficiar da mudança de hábitos que ocorreu no país por conta do deslocamento do local de trabalho (*home office*) e devido ao fechamento de escolas e universidades, levando os estudantes ao método do ensino remoto, majoritariamente acessado a partir das residências. Tais mudanças, associadas ao maior tempo de permanência de vários membros da família simultaneamente nos espaços residenciais, exigiram rápidas adaptações, em geral com compra de novos equipamentos, remodelação de espaços físicos e até mesmo com pequenas reformas dos imóveis. Isto justificou a expansão das atividades de móveis, eletrodomésticos, produtos de informática e materiais de construção – cuja produção é, em parte, representada pela atividade de minerais não metálicos na Tabela 1. Com exceção de móveis⁴, todos tiveram taxas de crescimento expressivas no intervalo de fevereiro de 2020 a março de 2021. Por outro lado, o destaque negativo da indústria foi a fabricação de veículos, que praticamente paralisou sua atividade nos meses de abril e maio de 2020 e a retomou lentamente depois. Contudo, a partir de março de 2021 várias montadoras pararam suas fábricas, por problemas de suprimento de peças e componentes – principalmente de semicondutores –, e pela fragilidade da demanda, fazendo com que a produção deste mês, especificamente, fosse 13% inferior à da pré-pandemia.

A tabela também mostra o impacto inicial negativo entre fevereiro e abril para a ampla maioria das atividades dos três setores e a recuperação de alguns deles na comparação entre fevereiro de 2020 e março de 2021. Vale reparar que as únicas atividades da indústria que expandiram sua produção entre fevereiro e abril de 2020 foram as ligadas à produção de alimentos e de produtos de limpeza e higiene, no primeiro caso em função da alta demanda que surgiu pelo medo de um desabastecimento, e no segundo, pela necessidade de redobrar os cuidados com os riscos de contaminação. A contrapartida no Comércio do desempenho positivo destas duas atividades industriais foi o crescimento do volume de vendas dos Hipermercados, especialmente em março, quando o temor do desabastecimento se estabeleceu na sociedade e as famílias correram às compras. Aliás, de todas as atividades dos três setores listadas na Tabela 1, somente estas três – alimentos, produtos de higiene e limpeza e hipermercados – não tiveram taxas negativas no início do período da pandemia.

Voltando ao Gráfico 2, observa-se que o comércio foi o segundo setor que menos sofreu no período da pandemia. Tal como a indústria, o comércio teve quedas abruptas de volume de vendas nos meses de março e abril de 2020, já em agosto havia recuperado as vendas de pré-pandemia (em fevereiro) e continuou um caminho de leve crescimento, mas a partir de novembro começou a sentir os efeitos da queda de demanda, provavelmente em consequência da redução do valor do auxílio emergencial. O fato é que a maioria das atividades que o compõe teve seu pico de vendas entre outubro e novembro, e na virada do ano já mostrou sucessivas quedas, até por conta de novas rodadas de isolamento social, de tal forma que as vendas de março de 2021 foram 3,6% inferiores às de fevereiro de 2020.

Serviços tem sido o setor com pior desempenho. Curiosamente, foi o que menos sofreu o impacto imediato no bimestre março-abril de 2020, mas em nenhum momento recuperou o volume anterior à pandemia; em março de 2021 produzia um volume 2,8% inferior ao de fevereiro de 2020, destacando-se negativamente os serviços prestados às famílias (-44,4%). É compreensível este mau desempenho dos Serviços, dada a natureza de suas atividades, muitas delas exigindo a presença física dos seus consumidores para se efetivar a operação mercantil. O fato é que, seja pelo grande peso do setor no PIB, seja pela sua elevada participação no total do emprego no país, a queda verificada no volume dos Serviços teve um impacto amplificado na economia brasileira e com um agravante, o de que o setor ocupa um grande contingente de

Tabela 1. Taxas de variação da produção física industrial, do volume de vendas do comércio varejista e do volume dos serviços no Brasil, em períodos selecionados, em % – fev./2020-mar./2021

	ABR./2020- FEV./2020	MAR./2021- FEV./2020
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	-30,2	1,1
Fabricação de produtos alimentícios	1,9	-2,3
Fabricação de bebidas	-48,9	-4,3
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	-60,7	-10,3
Prep. de couros e fab. de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-62,4	-8,9
Fab. de sabões, detergentes, prod. limpeza, cosméticos, prod. perfumaria e higiene pessoal	2,0	-3,1
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-36,2	12,2
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-41,0	7,1
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-40,2	10,5
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	-92,0	-12,5
Fabricação de móveis	-52,1	-0,1
Comércio varejista ampliado	-27,9	-3,6
Combustíveis e lubrificantes	-23,9	-12,3
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,1	3,9
Tecidos, vestuário e calçados	-82,1	-50,1
Móveis e eletrodomésticos	-41,9	-18,1
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-16,0	12,7
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-38,4	-12,2
Veículos, motocicletas, partes e peças	-59,8	-21,7
Material de construção	-17,1	13,9
Serviços	-17,7	-2,8
Serviços prestados às famílias	-62,8	-44,4
Serviços de informação e comunicação	-3,8	4,7
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-13,7	-3,6
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-23,3	1,4

Fonte: PIM, PMC e PMS - IBGE.

trabalhadores de baixa qualificação e, muitas vezes, com vínculos informais. Ou seja, as pessoas ocupadas nos Serviços têm remunerações baixas, pequena capacidade de resistir a crises econômico-financeiras e, em consequência, dependem muito dos programas assistenciais. Assim que a semi paralisação de atividades e o desemprego em massa dos Serviços afetaram muito a renda das famílias e sua capacidade de sustentarem a demanda de bens de primeira necessidade. E aí voltamos à discussão do início deste texto, sobre o fato de o PIB total ainda estar abaixo do nível pré-crise, como mostra o Gráfico 1, justamente pelo grande peso dos Serviços.

4. As medidas mitigadoras

Depois de uma hesitação inicial, período no qual o governo federal chegou a duvidar ou mesmo negar o impacto negativo da pandemia sobre as condições de saúde da população e sobre a economia brasileira, o Ministério da Economia começou a elaborar uma série de medidas mitigadoras dos seus efeitos. Tais medidas não foram pensadas e implementadas de forma organizada; ao contrário, foram nascendo e sendo ajustadas em função de pressões da sociedade, muitas vezes expressas através do debate no Congresso Nacional. De qualquer forma, o conjunto de medidas acabou se constituindo como um amplo programa de apoio a famílias e a empresas em várias frentes, com recursos que chegaram a R\$ 524 bilhões, aproximadamente 7% do PIB. Foi um programa relativamente amplo, com evidente reflexo positivo sobre o nível de atividade e negativo sobre as contas públicas, tanto pela ampliação do déficit – R\$ 703 bilhões em 2020 contra R\$ 62 bilhões em 2019, no conceito primário⁵ –, como pela elevação do estoque da dívida pública.

Segundo FMI (2021c), na comparação com outros países classificados pela instituição como Economias Emergentes, o Brasil foi o que mais aplicou recursos em função da pandemia na rubrica “Gastos adicionais e receitas perdidas”, numa medida que engloba o ano de 2020 e uma projeção para os anos seguintes (8,8% do PIB), seguido por Tailândia e Chile (ambos com 8,2% do PIB), Polônia (7,8%) e Peru (7,3%). Os países classificados como Economias Avançadas aplicaram em média 16,4% do PIB, com os Estados Unidos chegando a 25,5%.

Apesar da hesitação inicial referida anteriormente, a amplitude e a urgência da pandemia exigiram uma coordenação entre os poderes Legislativo e Executivo de forma a flexibilizar, para o ano de 2020, as várias restrições fiscais criadas anteriormente, entre elas a Lei de Responsabilidade Fiscal, o “teto de gastos” e a “regra de ouro” (Grazziotin, 2021). Num clima de emergência, chegou-se até mesmo a aprovar a Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, instituindo o que ficou conhecido como “orçamento de guerra”, que dava ampla liberdade para o governo federal aumentar a despesa e renunciar a receitas, desde que estas medidas se destinassem ao enfrentamento da calamidade pública e que não implicassem despesa permanente.

Neste ambiente é que nasceram programas importantes como o Auxílio Emergencial (AE), o de maior envergadura de todos, com gastos de R\$ 293 bilhões em 2020. Tratava-se do atendimento a pessoas consideradas vulneráveis, principalmente os trabalhadores informais ou pessoas sem ocupação, que ficariam sem renda pela necessidade de distanciamento social e não teriam amparo de outros programas emergenciais ou mesmo do seguro-desemprego. Nos nove meses em que foi pago o AE, se habilitaram para recebê-lo 68 milhões de pessoas, ainda que nem todas tenham recebido o benefício em todos os meses. Apesar de várias fraudes e desvios de finalidade, como por exemplo, não atender apenas a necessidades de primeira ordem, o programa teve um efeito grande no que se refere a amparar as famílias mais pobres e a sustentar a demanda de vários setores da economia.

O AE teve duas etapas, a primeira vigendo por cinco meses, entre abril e agosto, com valor integral (R\$ 600/mês), e a segunda com duração de quatro meses, entre setembro e dezembro de 2020, já com valor reduzido pela metade. Esta primeira etapa, seja pelo número de beneficiários, seja pelo valor do benefício, efetivamente se constituiu como um mecanismo de apoio importante às famílias que ficaram privadas de prover seu sustento pela necessidade de distanciamento social. Considerando-se que as mulheres que se classificavam como chefes de família tinham o valor do benefício dobrado e que o programa admitia mais

de um membro de uma mesma família receber o benefício, o AE acabou tendo um duplo papel: realmente amparou as famílias mais pobres e também funcionou como um mecanismo de expansão de demanda para várias atividades da indústria e do comércio. Não por acaso, quando chegamos à segunda etapa do programa, com valor do benefício reduzido, as curvas da indústria e do comércio pararam de crescer e chegaram mesmo a exibir taxas negativas nas medidas mensais – mês contra mês anterior.

De acordo com Salata e Ribeiro (2020), o AE foi responsável por evitar que o número de pobres nas regiões metropolitanas brasileiras fosse acrescido de 10 milhões de pessoas em agosto de 2020, e teve efeitos sobre o índice de Gini, calculado para a renda domiciliar per capita total, que teria aumentado 17% sem o AE. Já Rachter (2021) estima que a renda dos ocupados na informalidade teria sido 27% menor durante a pandemia, se não houvesse o auxílio, identificando atividades tipicamente ligadas aos serviços como as mais atingidas. Também é certo que o incremento de demanda proporcionado pelo AE foi parcialmente responsável pela diferença entre a queda inicial projetada para o crescimento do PIB em 2020 e o resultado efetivo de -4,1%. Ainda que uma taxa negativa como esta constitua um resultado muito ruim, em especial pelo acúmulo de maus resultados desde 2015, sem dúvida ela seria ainda pior sem estímulos como o AE.

O fato é que as dificuldades trazidas pela pandemia aumentaram ainda mais as conhecidas desigualdades da sociedade brasileira, que se expressam mais claramente no mercado de trabalho. Assim, pioraram sua posição relativa quanto ao desemprego e à remuneração os negros, as mulheres, as pessoas com menos escolaridade e os jovens, conforme Neri (2020). Além disso, Neri calcula que aumentou o número de jovens que nem estudam nem trabalham, grupo pejorativamente classificado como “nem-nem” (Pamplona & Vieceli, 2021).

Além de atender às pessoas e famílias vulneráveis, logo se detectou a necessidade de os programas governamentais amparem também as empresas, especialmente as micro e pequenas, dada a falta de fôlego financeiro para sustentar suas operações em períodos de paralisação parcial ou mesmo total das atividades. Houve dificuldades iniciais com este tipo de apoio, pois o Governo tentou implementar programas através da oferta de crédito pelo sistema financeiro, que os rejeitou, visto que as empresas não podiam oferecer garantias patrimoniais. As garantias usuais para empresas deste porte são as receitas futuras das próprias vendas, o que, diante da incerteza com a extensão da pandemia, deixaram de funcionar. Com a evolução da pandemia, não havia como projetar uma retomada das vendas, nem no que se refere ao momento do tempo em que isto aconteceria nem em que magnitude ela se daria, para apostar na efetividade desta frágil garantia.

Depois de algumas semanas em que a tentativa de prover crédito ficou emperrada, a solução foi a criação de dois fundos governamentais que garantiriam o pagamento dos recursos financiados em caso de inadimplemento das empresas: o Fundo Garantidor de Operações (FGO), para cobertura de operações de crédito no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), e o Fundo Garantidor de Investimento (FGI), para o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), que apoiou pequenas e médias empresas. Os Fundos com recursos públicos ofereceram, então, as garantias que o sistema financeiro requeria e o crédito começou a fluir, acumulando no ano R\$ 58 bilhões de empréstimos, R\$ 37,6 bilhões dos quais no âmbito do Pronampe – R\$ 28,8 bilhões para pequenas empresas e R\$ 8,8 bilhões para micro.

Estes dois programas foram decisivos para sustentar financeiramente milhares de empresas, principalmente dos setores comércio e serviços, diante das dificuldades impostas pelo necessário distanciamento social e a consequente perda dos clientes habituais. Contudo, os programas ofereceram empréstimos que logo à frente deveriam ser pagos, para o que se previa a volta ao funcionamento normal ou algo próximo disto talvez na virada do ano de 2020 para 2021. Ocorre que tal previsão não se confirmou, em função de uma nova onda da pandemia já no início de 2021, que inclusive exigiu a reedição dos programas de apoio às empresas de micro e pequeno porte.

Neste ambiente de grande dificuldade financeira das empresas, havia a preocupação com uma possível onda de demissões em massa durante o ano de 2020. Para evitar o que se transformaria num clima de caos social, o

governo federal instituiu dois programas, o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda (BEm); e o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE). O primeiro utilizou R\$ 33,5 bilhões em 2020 para assegurar empregos através da suspensão temporária dos contratos de trabalho ou da redução de jornada de trabalho com diminuição proporcional de salários, gerando o compromisso de estabilidade dos empregados pelo mesmo tempo em que perduraram a suspensão ou a redução. O programa pagava entre 100% e 70% do valor do seguro-desemprego dos trabalhadores, variando de acordo com o porte da empresa, e a empresa pagava o complemento, tendo beneficiado 9,8 milhões de trabalhadores vinculados a 1,5 milhão de empresas em 2020. Já o PESE foi proposto para financiar o pagamento da folha salarial, com um prazo de 36 meses, incluindo carência de seis meses, e gerando o compromisso de não demitir, sem justa causa, até 60 dias após o recebimento da última parcela da linha de crédito. Este Programa beneficiou 131,6 mil empresas, com um valor financiado total de R\$ 7,9 bilhões em 2020 (Banco Central do Brasil, 2021b).

Outra forma de apoio, tanto a empresas como a famílias, foi a postergação de pagamentos de empréstimos contraídos junto ao sistema financeiro antes da pandemia. O reconhecimento das dificuldades e uma provável onda de calotes e aumento da inadimplência fizeram o sistema financeiro arcar com estas postergações, independentemente do apoio governamental. Mas, novamente aqui, se coloca o problema de que a ação do sistema financeiro se baseou na hipótese de restabelecimento da normalidade em poucos meses. É preciso ter claro que houve apenas um adiamento dos pagamentos, não uma anistia, ou seja, previa-se a retomada dos pagamentos num momento de recuperação da atividade que se imaginava ocorrer logo à frente. E isto não aconteceu, acarretando um passivo difícil de equacionar.

Os governos, nos níveis federal e estadual, também fizeram um movimento semelhante ao do sistema financeiro. Reconhecendo as dificuldades das empresas para o cumprimento de suas obrigações tributárias, postergaram o pagamento de diversos impostos, sempre apostando na retomada das atividades num período curto de tempo. Além disso, o governo federal atendeu aos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal com um repasse significativo de recursos para fazer frente às necessidades de funcionamento das máquinas administrativas, num total de R\$ 78 bilhões.

O governo federal também tomou medidas para tentar sustentar níveis mínimos de demanda das famílias para além dos bens de primeira necessidade, justamente para não deixar as empresas que produzem e vendem bens de valor unitário mais elevado sem seu mercado consumidor. Neste sentido, foram reeditadas ações já conhecidas de momentos recentes, tal como na recessão do meio da década de 2010, em que a demanda foi estimulada e respondeu positivamente. Trata-se da liberação de recursos do FGTS, da antecipação de pagamentos do PIS/PASEP e do adiantamento do 13º salário de aposentados e pensionistas do sistema de seguridade social (INSS). Observe-se que, nestes casos, não há impacto direto sobre o orçamento.

5. Os efeitos sobre a população: o mercado de trabalho

Num país em que a mais da metade da população tem rendas muito baixas e que depende diretamente do mercado de trabalho – seja na sua fatia formal, como na informal – para se sustentar, o maior efeito positivo ou negativo de um evento econômico sobre as condições de vida da população se manifesta através da dinâmica deste mercado. Conforme comentado na seção 2 deste texto, a pandemia apanhou a economia brasileira numa situação bastante frágil, ainda não recuperada da crise anterior, que se caracterizou pela recessão de onze trimestres entre 2014 e 2016. Isto vale para o PIB e para o mercado de trabalho. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2021) revela, por exemplo, que no intervalo de seis anos, entre março de 2014 - antes da recessão anterior - e março de 2020 - antes de se manifestarem os efeitos da pandemia -, o número de ocupados no Brasil cresceu apenas 1,6% e o número de ocupados em postos de trabalho formais⁶ caiu 6,6%, pela fragilidade da atividade e pelas modificações das regras trabalhistas do Governo Temer que incentivaram a informalidade.

Como era de se esperar, a pandemia veio piorar ainda mais este quadro. Ao longo de 2020 perderam-se 8,4 milhões de ocupações, das quais 3,5 milhões eram postos formais. O efeito negativo sobre as ocupações

informais foi proporcionalmente muito maior, visto que os programas de proteção como o BEm e o PESE foram naturalmente restritos às empresas com vínculos formais e conseguiram amenizar o movimento de perda deste tipo de ocupações.

O Gráfico 3 mostra, em linhas gerais, a evolução do mercado de trabalho desde o início de 2020. Fica claro que a partir de março começaram a se manifestar as consequências da pandemia, com a redução do contingente de pessoas na força de trabalho⁷, que atinge seu ponto de mínimo em julho com 11 milhões de pessoas a menos que no mesmo mês de 2019. Este movimento de retirada das pessoas da força de trabalho se explica pela combinação entre a necessidade de se fazer o distanciamento social e um nível de atividade muito fraco. Assim, as pessoas se afastaram do mercado de trabalho voluntariamente – em especial no caso dos informais – ou, no caso de perda da ocupação, não voltaram ao mercado imediatamente.

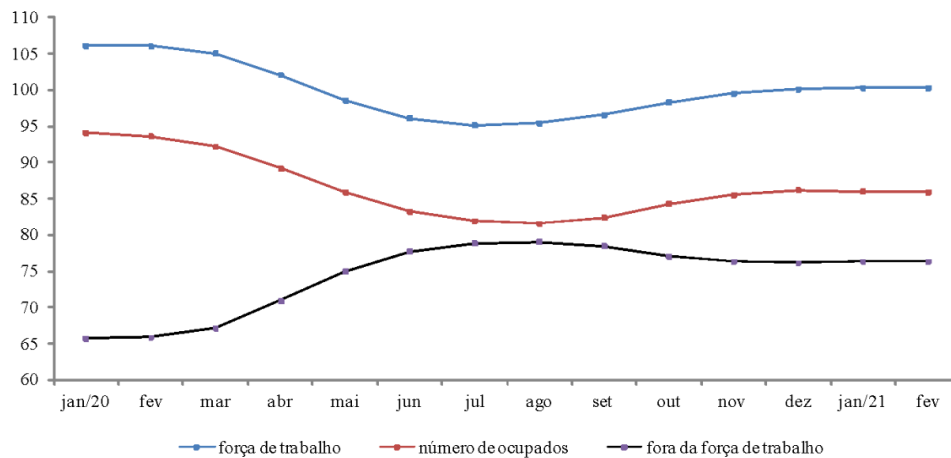


Gráfico 3. Contingente de pessoas na força de trabalho, fora da força de trabalho e ocupadas no mercado de trabalho brasileiro, em milhões - jan./2020-fev./2021. Fonte: PNAD-IBGE.

A curva que exhibe o número de ocupados apresenta um movimento bem semelhante à da força de trabalho, com uma recuperação parcial na segunda metade do ano, quando houve uma retomada da atividade, ainda que suave. Os dados do gráfico não estão com nenhum ajuste de sazonalidade, portanto a recuperação na segunda metade do ano poderia ser considerada como natural e esperada, de acordo com a dinâmica conhecida do mercado de trabalho brasileiro, mais aquecido no segundo semestre, mas o que ocorreu em 2020 foi muito diferente do padrão sazonal. Para se ter uma ideia, em dezembro de 2020 a força de trabalho estava reduzida em 6,1 milhões de pessoas em relação a dezembro de 2019, e o número de ocupados havia caído 8,4 milhões, conforme se registrou anteriormente.

Já a curva das pessoas classificadas como fora da força de trabalho aparece como um “espelho” das anteriores, inclinando-se positivamente no primeiro semestre e depois caindo um pouco. Na metade de 2020, no pior momento do mercado laboral, o contingente de pessoas externas ao contingente de trabalho havia crescido 14,2 milhões de pessoas frente ao mesmo período de 2019. Este é, majoritariamente, o grupo que se afastou do mercado por vontade própria, cumprindo os requisitos do distanciamento social, ou foi afastado do mercado em função do nível de atividade muito fraco e não voltou.

Por sua vez, o número de pessoas que estavam na força de trabalho e buscavam ocupação, mas não conseguiam, classificados como desocupados, cresceu quase que constantemente ao longo de 2020; em janeiro era de 11,9 milhões e atingiu seu pico do ano nos meses de setembro e outubro, ambos com 14,1 milhões (Gráfico 4). Depois de uma pequena queda no fim do ano, o número de desocupados voltou a subir no início de 2021, chegando a 14,4 milhões em fevereiro. Aqui há dois fenômenos que se sobrepõem: o

movimento típico da sazonalidade dos inícios de ano, com dispensas de pessoal, e a interrupção do AE, que forçou as pessoas a procurarem ocupação em busca de uma renda mínima para proverem sua subsistência, mesmo correndo o risco de adoecerem pela quebra dos protocolos de distanciamento social. Com um nível de atividade fraco, muitas destas pessoas que procuraram ocupação não tiveram sucesso e engrossaram o contingente dos desocupados.

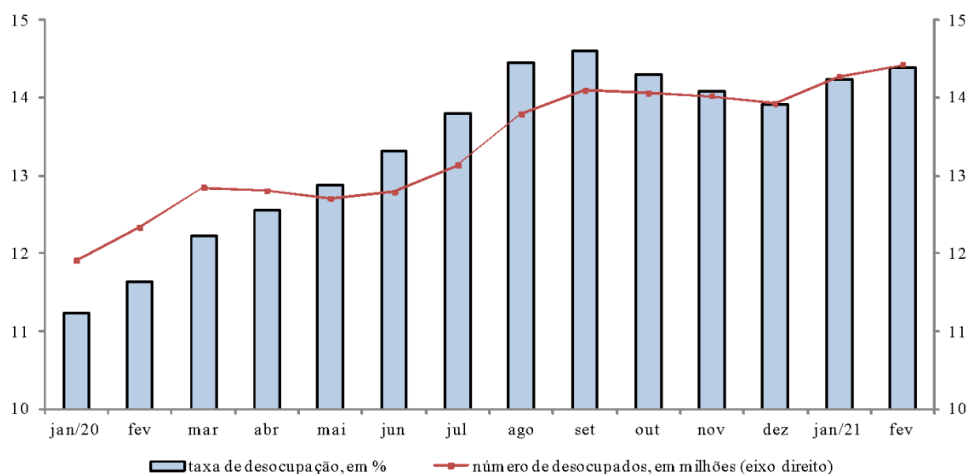


Gráfico 4. Número de desocupados, em milhões de pessoas, e taxa de desocupação da força de trabalho no Brasil, em % - jan./2020-fev./2021. Fonte: PNAD-IBGE.

O gráfico também mostra a taxa de desocupação com um comportamento bem semelhante ao do número de desocupados, crescendo bastante no primeiro semestre de 2020, passando por uma leve queda no segundo semestre, e voltando a se elevar no início de 2021, quando atinge 14,4% da força de trabalho. Tendo saído de pouco mais de 11% nos meses anteriores ao início da pandemia, uma taxa já bastante alta, chama atenção sua rápida aceleração para mais de 14% no início de 2021, o que incorporou mais aproximadamente 2,5 milhões de pessoas ao contingente de desocupados.

Observa-se, portanto, uma deterioração significativa do mercado de trabalho brasileiro num curto espaço de tempo. Cumpre notar que neste ambiente bastante deteriorado, o rendimento médio real cresceu 4,3%, quando se compara a média do ano de 2020 com a média do ano anterior. Porém, contrariamente ao que parece, este fato não constituiu uma boa notícia para os trabalhadores, visto que se trata de um efeito composição, isto é, o que ocorreu foi que a desocupação se abateu muito mais sobre as pessoas de baixa qualificação e baixos rendimentos, retirando do cálculo do rendimento médio, portanto, as remunerações da base da pirâmide. Assim, a média aumentou por um efeito estatístico (efeito composição) e não porque as pessoas que permaneceram ocupadas tiveram um efetivo aumento de rendimentos. Já a massa de rendimentos reais, produto do total de ocupados pelo rendimento médio real, expressa bem as condições adversas do mercado de trabalho, pois, muito influenciada pela queda do número de ocupados, reduziu-se em 3%, quando se compara a média de 2020 com a média do ano anterior, acarretando uma diminuição de R\$ 80,4 bilhões em termos absolutos de um ano para o outro.

6. A nova onda da pandemia em 2021 e o futuro

Conforme comentado anteriormente, o governo federal tentou ao máximo negar a importância da pandemia e seus efeitos negativos sobre as condições sanitárias da sociedade brasileira e sobre a atividade econômica. A busca dogmática por resultados fiscais, característica do Ministério da Economia do Governo Bolsonaro, fazia com que se afastasse, num primeiro momento, qualquer análise racional sobre a extensão da pandemia

e suas consequências, até porque, uma vez admitidos os inevitáveis impactos, o passo seguinte seria a elaboração de programas de apoio a famílias e a empresas. Tais apoios exigiriam, naturalmente, recursos públicos que comprometeriam os resultados fiscais. Daí a necessidade de “torcer” para que a pandemia tivesse vida curta e pequeno impacto sanitário e econômico.

Mas o avanço da doença pelo mundo, já em março de 2020, e logo a seguir no Brasil, mostrou que seria impossível ignorá-la, a despeito da tentativa do governo de seguir com uma postura negacionista. Logo no final de março, muito em função da pressão do Poder Legislativo, começaram a ser elaborados os primeiros programas de apoio, pensados para poucos meses, na esperança de que a pandemia não avançasse no tempo. Um tempo depois, diante do quadro sanitário que não cedia, mais medidas foram implementadas e algumas já em vigor foram estendidas até o fim do ano, como no caso do AE. Implícita estava a ideia de que a virada de 2020 para 2021 traria uma melhora das condições sanitárias e algum grau de “normalidade” voltaria à vida do país, com uma retomada da atividade econômica e aumento da ocupação, o que afastaria a necessidade do AE, o programa mais caro. As manifestações de autoridades eram claras neste sentido (Pupo, 2020).

Ocorre que o vírus e suas variantes não respeitaram a mudança do calendário e logo no início de 2021 o Brasil estava vivendo a segunda onda da doença, mais virulenta e mais mortífera que a primeira, exigindo novas rodadas de distanciamento social e fechamento de unidades industriais, comerciais e de serviços. O governo relutou em aceitar a situação, mas não teve alternativa que não fosse planejar novas versões dos programas de apoio de 2020, ainda que não o fizesse imediatamente, deixando um vácuo dramático para as famílias mais carentes e para as empresas com menos fôlego financeiro.

O novo AE, por exemplo, o primeiro programa reeditado, só pagou sua primeira parcela no final de abril, ou seja, deixou milhões de pessoas desamparadas por, pelo menos, três meses. Novamente seguindo objetivos fiscais, a versão 2021 do AE foi bastante reduzida, tanto no número de beneficiários, como no valor do benefício. O governo prevê atingir entre 40 e 45 milhões de pessoas, com um valor mensal de R\$ 250, reduzido para R\$ 150 no caso de pessoas que morem sozinhas, e aumentado para R\$ 375 para mulheres chefes de família. O número de parcelas é de quatro e não mais se permite duas pessoas da mesma família receberem o auxílio. Considerando-se que o AE foi concebido para atender a necessidades básicas, pode-se assumir a alta de preços de alimentos de 12,3% acumulada em doze meses até abril de 2021 como uma boa medida de quanto deveria ser a correção do AE, para preservar o valor real de 2020. Com a redução de valor, de R\$ 600 para R\$ 250, e levando em conta a inflação de alimentos, o novo AE ficou 63% menor em termos reais no intervalo de um ano. No caso das mulheres chefes de família, houve uma redução de 72% em termos reais. Em função da inflação de alimentos e da redução de valor do auxílio a partir de setembro de 2020, Nassif-Pires, Cardoso e Oliveira (2021) estimam que de julho de 2020 - o momento em que o AE causou o melhor resultado na redução da pobreza e da extrema pobreza no Brasil - até a introdução do novo AE em 2021, houve um acréscimo de 18,1 milhões de pessoas no grupo classificado como pobres e 14,3 milhões, no grupo dos extremamente pobres.

Tal como o AE, programas como o BEm e o Pronampe também foram reeditados entre o final de abril e o mês de maio de 2021, igualmente com valores reduzidos em relação aos do ano de 2020, o primeiro com R\$ 10 bilhões e o segundo com R\$ 5 bilhões. As condições pioraram para a contratação de empréstimos com o Pronampe, com a taxa de juros passando de 1,25% ao ano mais Selic para 6% ao ano mais Selic, e a cobertura governamental para perdas dos bancos diminuindo de 85% da carteira para 30%. Ou seja, o Pronampe ficou mais caro e mais seletivo, na medida em que o sistema financeiro passou a assumir mais riscos. Da mesma forma como ocorreu com os programas de apoio, a extensão da pandemia exigiu a repetição de outras medidas de amparo a famílias e a empresas e de incentivo ao consumo, como a redução de impostos federais para microempresas e a antecipação do pagamento do 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS.

Apesar do recrudescimento da pandemia desde o início de 2021, o início da vacinação, em janeiro, trouxe algum alento em relação ao futuro. Em contrapartida, os epidemiologistas alertam para o fato de que a velocidade da vacinação, muito aquém da necessária, traz um problema importante, oferecer ao vírus um

meio adequado para o desenvolvimento de novas variantes que podem ser mais agressivas do que as anteriores, tal como aconteceu com a variante surgida em Manaus na virada do ano. Ou seja, vive-se um cenário sanitário de muitas incertezas, o que afeta as expectativas e o grau de confiança das empresas e dos consumidores. Além da demora em reeditar os programas de apoio e de seus valores mais baixos em 2021, níveis elevados de incerteza e níveis baixos de confiança afetam as condições de retomada da atividade econômica.

Há, porém, outro problema bem mais importante, quando se pensa em retomada. Trata-se da verdadeira “bolha” de passivos que se formou em 2020, seja com a postergação de pagamentos de impostos e empréstimos bancários contraídos anteriormente por empresas e por famílias, seja com os novos compromissos assumidos durante a pandemia, principalmente pelas empresas, por conta da necessidade de capital de giro. É o caso dos empréstimos no âmbito do Pronampe e das dívidas com o financiamento da folha de pagamento (PESE). Somem-se a estas obrigações repesadas os pagamentos de tarifas de serviços públicos - como água, energia e comunicações - que muitas famílias deixaram de cumprir por falta de recursos, mas que em algum momento deverão ser saldados⁹. O acúmulo de passivos preocupa muito o sistema financeiro, que previa aumentos da taxa de inadimplência a partir do meio de 2021 (Bolzani & Garcia, 2021).

O fato é que, numa retomada que certamente será lenta, não haverá receita suficiente para resolver o problema da “bolha” e simultaneamente dar conta dos compromissos presentes. A não ser que se contasse com novos programas de apoio governamentais, para diluir o problema no tempo, tornando mais suave sua absorção, tal como os países da União Europeia passaram a discutir nos primeiros meses de 2021 (Arnold, 2021). A visão fiscalista do Governo, no entanto, não parece admitir tal caminho, o que deve levar a muita perda de capital, por quebra de empresas, e ao consequente aumento da taxa de desemprego.

7. Conclusão

Este texto analisou a reação da economia brasileira frente à pandemia, cujos efeitos começaram a se materializar a partir do meio do mês de março de 2020, abatendo-se sobre um nível de atividade e de ocupação fragilizados pela crise que começara em 2014 e que ainda não tinham sido plenamente recuperados. Como se viu, as respostas do governo federal foram confusas e erradas, ampliando tanto a crise sanitária, como a econômica, o que gerou uma taxa de crescimento negativa de 4,1% em 2020 e uma expectativa de recuperação incompleta e lenta em 2021.

Ainda que tardios e sempre na dependência de pressões do Poder Legislativo para se efetivarem, os programas de apoio governamentais foram importantes para amparar empresas e famílias em 2020. Contudo, eles sofreram descontinuidades na passagem de 2020 para 2021, causando muitos problemas, e, quando renovados, seguiram uma lógica fiscal, reduzindo muito seus valores e sua extensão temporal. Esta racionalidade, em contraponto a de vários países e contrária mesmo à visão de uma instituição conservadora como o FMI, melhora as contas públicas no curto prazo, mas atrasa a recuperação e causa ainda mais sofrimento à população e mais dificuldades a empresas sem fôlego financeiro.

A continuidade da pandemia, com um processo de vacinação lento e novas variantes do vírus, levou a mais rodadas de fechamento parcial das atividades nos primeiros meses de 2021 e trouxe incerteza sobre o ritmo possível da recuperação naquele ano. Diante da insegurança do cenário sanitário, inclusive com a possibilidade de novos picos da doença, consumidores e empresários retiveram seus planos de gastos e de contratações, o que manteve níveis elevados de desocupação e baixa massa de rendimentos, novamente contribuindo para retardar a esperada retomada.

NOTAS

¹ É interessante observar que o setor externo deu uma contribuição positiva para o PIB em 2020, visto que as exportações caíram 1,8% no ano, mas as importações caíram mais (10,0%), justamente porque a recessão diminuiu muito a demanda por produtos importados, especialmente matérias-primas. Assim que o resultado positivo – o saldo comercial cresceu 22% frente a 2019, chegando a US\$ 32,4 bilhões – deve ser visto com cautela, já que foi em boa parte causado pela recessão e não será o mesmo quando da retomada da atividade.

² - Optou-se por avaliar neste artigo a classificação mais ampla do IBGE para o setor, a de Comércio varejista ampliado, que inclui Veículos, motocicletas e peças; e Material de construção.

³ Em abril a produção foi 30% inferior à de fevereiro, de acordo com a série com ajuste sazonal.

⁴ Móveis tinha um desempenho muito bom até fevereiro de 2021 (com aumento de 10% da produção frente a fevereiro de 2020), mas em março de 2021 sofreu uma queda forte.

⁵ Conforme a Série 4792 - NFSP sem desvalorização cambial - Fluxo acumulado no ano - Resultado primário - Total - Setor público consolidado (Banco Central do Brasil, 2021a).

⁶ Considera-se o somatório de empregados dos setores privado e público com carteira de trabalho, domésticos com carteira e militares e estatutários do setor público.

⁷ O total de pessoas de 14 anos ou mais de idade (171,8 milhões, em janeiro de 2020) pode ser dividido entre os que estão na força de trabalho (106,1 milhões) e os que estão fora da força (65,7 milhões). Por sua vez, o contingente na força de trabalho divide-se entre os ocupados e os desocupados.

⁸ Sobre as dificuldades das famílias, basta observar que a conta Consumo das famílias no PIB foi a que mais pesou para o resultado negativo geral de 2020, com variação de -5,5%. Apesar da importância do AE, as camadas de baixa renda não conseguiram sustentar seu nível de consumo anterior e as camadas mais altas, parcialmente privadas da demanda por Serviços, também não o fizeram. Com a continuidade da pandemia e a redução significativa do valor do AE em 2021, o Consumo tende a continuar travando o desempenho da economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arnold, M. (2021, abril 29). *UE teme tsunami de falências com fim da ajuda a empresas*. Recuperado em 12 de maio de 2021 de <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2021/04/29/ue-teme-tsunami-de-falencias-com-fim-da-ajuda-a-empresas.ghtml>.

Banco Central do Brasil (2020, agosto 14). *Relatório Focus: expectativa de mercado*. Recuperado em 1º de março de 2021 de <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20200814.pdf>.

Banco Central do Brasil (2021a). SGS - *Sistema Gerenciador de Séries Temporais - v2.1*. Recuperado em 11 de abril de 2021 de <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>.

Banco Central do Brasil (2021b). *PESE: Programa Emergencial de Suporte a Empregos*. Recuperado em 22 de abril de 2021 de <https://www.bcb.gov.br/app/pese/>.

Bolzani, I., & Garcia, L. (2021, maio 08). Bancos projetam alta da inadimplência nos próximos meses. *Folha de São Paulo*, p. A26.

Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (2017, outubro 30). *Comunicado de datação de ciclos mensais brasileiros de outubro de 2017*. Recuperado em 1º de março de 2021 de https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2020-03/comite-de-data_o-de-ciclos-econ_micos-comunicado-de-30_10_2017-_1_.pdf.

Fundo Monetário Internacional. (2021b). *World Economic Outlook Database*. Recuperado em 14 de abril de 2021 de <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/April/select-country-group>.

Fundo Monetário Internacional. (2021a, junho). *World Economic Outlook Update*. Recuperado em 30 de abril de 2021 de <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/06/24/WEOUpdateJune2020>.

Fundo Monetário Internacional. (2021c, outubro). *Fiscal Monitor Database of country fiscal measures in response to the COVID-19 Pandemic*. Recuperado em 11 de abril de 2021 de <https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/Fiscal-Policies-Database-in-Response-to-COVID-19>.

Grazziotin, H. (2021, janeiro-março). Política Fiscal: fim do estado de calamidade pública em 2021? Faltou combinar com o vírus. *Carta de Conjuntura do NAPE*, 28(1). Recuperado em 12 de maio de 2021 de <https://drive.google.com/drive/folders/1E5S6WC1wMNpxqOxYwN9xMpWr36SvICk>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Recuperado em 6 de maio de 2021 de <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm>.

Nassif-Pires, L., Cardoso, L., & Oliveira, L. M. de. (2021, abril). *Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do auxílio emergencial na pobreza e extrema pobreza. Nota de Política Econômica n° 10*. São Paulo: Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades - FEA/USP.

Neri, M. (2020, setembro). Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro: desigualdades, ingredientes trabalhistas e o papel da jornada. *FGV Social*.

Pamplona, N., & Vieceli, L. (2021, maio 09). Pandemia trava avanços de jovem no mercado de trabalho. *Folha de São Paulo*, p. A24.

Pupo, F. (2021, janeiro 20). Covid preocupa, mas cenário não exige novo auxílio, avalia equipe econômica. *Folha de São Paulo*, p. A17.

Rachter, L. (2021). *Uma radiografia dos “invisíveis” do auxílio emergencial*. Recuperado em 10 de maio de 2021 de <https://blogdoibre.fgv.br/posts/uma-radiografia-dos-invisiveis-do-auxilio-emergencial>.

Salata, A., & Ribeiro, M. (2020). *Boletim Desigualdade nas Metrôpoles*. Recuperado em 13 maio, 2021, de <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/>.